

CONTRIBUIÇÕES PIONEIRAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO ESTUDO SOBRE AS PRISÕES BRASILEIRAS DO SÉC. XX

PIONEER CONTRIBUTIONS OF THE SOCIAL SCIENCES TO BRAZILIAN PRISON STUDIES IN THE TWENTIETH CENTURY

Luiz Claudio Lourenço

lulalourenco@gmail.com

Professor do Departamento de Sociologia (UFBA) e Doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo IUPERJ. Na pesquisa é um dos coordenadores do Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (LASSOS-UFBA).

RESUMO

Este texto teve como principal objetivo reunir diversas experiências de pesquisadores que fizeram trabalhos pioneiros de campo no interior das prisões brasileiras durante o século XX. Para isso, foram examinadas algumas das principais contribuições de quatro pesquisas fundamentais reportadas nas obras: “Crime e Sociedade” (1973) de Célia Maria Leal Braga, “Cemitério dos Vivos” (1976) de Julita Lemgruber, “O mundo do Crime” (1979) de José Ricardo Ramalho e “Oficina do Diabo” (1987) de Edmundo Campos Coelho. Desde a primeira década do séc. XXI um número maior e crescente de pesquisadores tem se dedicado a empreitadas de pesquisa no interior dos cárceres pelo país. Contudo, a configuração deste campo de estudos em nosso país não seria a mesma sem os avanços obtidos por esses trabalhos pioneiros aqui examinados. Dentre os aspectos observados demos atenção às metodologias e técnicas de pesquisa, conceitos e influências principais presentes em cada um dos trabalhos.

Palavras-chave: Prisões. Estudos prisionais. Estudos pioneiros.

ABSTRACT

This paper aimed to gather diverse experiences of researchers who did pioneer fieldwork within Brazilian prisons during the twentieth century. For this paper some of the main contributions of four key studies presented in the following works were examined: “Crime e Sociedade” (1973) Celia Maria Leal Braga, “Cemitério dos vivos” (1976) Julita Lemgruber, “O mundo do crime” (1979) José Ricardo Ramalho and “Oficina do Diabo” (1987) Edmundo Campos Coelho. Since the first decade of the twenty first century a larger and growing number of researchers have been devoted to developing fieldwork inside prisons across the country. However, the configuration of this field of study in our country would not be the same without the advances achieved by these pioneer works examined here. Among the aspects we observed, we gave attention to methodologies and research techniques, concepts and key influences present in each work.

Keywords: Prisons. Prison studies. Pioneer studies.

“É impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena. Com funcionários e visitantes. E, por que não, com pesquisadores.” Julita Lemgruber (Prefácio da Segunda Edição do livro *Cemitério dos Vivos* – 1999).

O INÍCIO

Os problemas das nossas prisões são tão antigos quanto à existência das mesmas no país, resgatar a memória recente destes estudos significa mais do que identificar um possível ponto de origem da reflexão nas Ciências Sociais sobre este assunto, mas também observar a intransitividade de muitas das principais mazelas das cadeias brasileiras nas últimas décadas. Longe de querer esgotar com uma varredura completa sobre todos os possíveis trabalhos sociológicos existentes no Brasil, no século XX, procuramos aqui dar relevo a algumas das principais contribuições empíricas e analíticas sobre o tema. Foram selecionados quatro importantes trabalhos monográficos que foram publicados com base em pesquisas originais, com forte lastro empírico, realizadas a partir de dados colhidos no interior de presídios e analisados a partir de um referencial das Ciências Sociais a partir da segunda metade do século XX. A escolha destes quatro trabalhos, a despeito de outros, baseou-se nos seguintes aspectos: o pioneirismo de um rigoroso trabalho de campo empreendido pelos respectivos pesquisadores, um profícuo debate com as obras chave do campo dos estudos prisionais e por se constituírem em matéria fundamental para compreensão do mundo prisional brasileiro ainda hoje. Portanto, são obras que podemos considerar basilares e incontornáveis deste campo em nosso país, traduzindo aspectos fundamentais vida e a sociabilidade dentro do cárcere.

Seguindo um pouco a ordem em que foram publicados, primeiro abordaremos o trabalho “Crime e Sociedade” de Célia Maria Leal Braga que foi realizado na Penitenciária Lemos Brito em Salvador no início da década de 1970, depois discutiremos a obra “Cemitério dos Vivos” de Julita Lemgruber feita a partir de uma pesquisa empreendida no presídio feminino Tavalera Bruce no Rio de Janeiro (1976), em seguida veremos as contribuições de “Mundo do Crime” de José Ricardo Ramalho que aborda a sociabilidade e códigos vivenciados na Casa de Detenção de São Paulo (pesquisa realizada em meados dos anos de 1970 e publicada pela primeira vez em 1979) e por fim “Oficina do Diabo” de Edmundo Campos Coelho que retrata tanto aspectos macro quanto micro políticos do sistema prisional carioca no início dos anos de 1980 (publicado originalmente em 1987). Nossa discussão privilegiou e destacou os objetivos de cada um dos trabalhos, seu contexto de produção, algumas das contribuições empíricas que permanecem com relevância na contemporaneidade e algumas das referências conceituais e teóricas fundamentais trabalhadas por esses autores.

A SOCIOLOGIA E A PRISÃO NO BRASIL

Revedo o campo dos estudos sobre crime no Brasil, percebe-se que os estudos prisionais de caráter mais sociológico começam a partir da década de 1970. Não que antes não existissem estudos com características sociológicas que tratassem de prisões, mas é a partir deste período que o arcabouço teórico da sociologia passa a subsidiar mais fortemente os objetivos, os métodos e as análises de uma série de pesquisas pioneiras. Estes trabalhos nascem acompanhados de outros sobre criminalidade, formando uma geração de pesquisas

motivadas a procurar descrever e a compreender o incremento da criminalidade urbana no país neste período.

“A maior parte dos estudos tende a localizar, entre meados e o final dos anos 70, uma mudança de padrão na criminalidade urbana, especialmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte: aumento generalizado de roubos e furtos a residências, veículos e transeuntes, um grau maior de organização social do crime, incremento da violência nas ações criminais; aumento acentuado nas taxas de homicídio e de outros crimes violentos e o aparecimento de quadrilhas de assaltantes de bancos e instituições financeiras.” (KANT DE LIMA, MISSE E MIRANDA, 2000, p. 49).

É importante também lembrar a forte influência que Foucault exerceu para aflorar o campo de estudos sobre violência e controle social em nosso país. Esta influência, nos anos de 1970, se deu não apenas pela publicação de “Vigiar e Punir” e sua perspectiva analítica original sobre disciplina e engenharia institucional da punição, mas também graças a uma série de visitas, debates e palestras que Michel Foucault fez no Brasil nesta época¹.

Outra influência importante no período, como aponta Zaluar (1999) revendo a composição do campo de pesquisa sobre criminalidade violenta, foi o contexto político e social que vivia o país naquele momento. O debate político a cerca de cidadania, pobreza e expansão de direitos humanos, muitas vezes não podia ser contornado dentro dos estudos sociológicos sobre o cárcere. Entendemos que estudar prisão a partir de 1964 no Brasil era também estudar um dos principais mecanismos de controle social do regime ditatorial de então e por isso mesmo a questão política desta instituição não poderia passar despercebida. Soma-se ainda, a estes fatores, a percepção observada pela sociologia de então de profundas desigualdades sociais (sobretudo de renda, cor e classe) que eram reproduzidas nos mecanismos de controle social e acesso a justiça e cidadania. Ao estudar as prisões, nos anos 1970 e 1980, não se estava apenas fazendo uma sociologia particular, específica, mas também descortinando e discutindo-se de maneira arguta e sociologicamente relevante uma série de questões sociais sensíveis até hoje na sociedade brasileira.

CRIME E SOCIEDADE NA BAHIA

O trabalho “Crime e sociedade: diagnóstico de uma situação” (1973) é um marco pioneiro na análise sociológica feita dentro das prisões brasileiras². O estudo tem como tela a Penitenciária Lemos de Brito – PLB, em Salvador³. A PLB é hoje ainda o maior e mais importante presídio da Bahia, na época continha 371 internos, hoje este número chega aos 1245 internos⁴.

Procurada por uma assistente social da penitenciária a professora Célia Braga, que então ministrava a disciplina de Práticas de Pesquisa em Sociologia na Universidade Federal da Bahia reuniu sua turma de alunos e com a ajuda deles realizou uma pesquisa de campo em todas as suas etapas dentro da prisão. Esta pesquisa envolveu diferentes técnicas de pesquisa: entrevistas estruturadas, entrevistas informais com o *staff*, histórias de vida com elementos selecionados da amostra, testes psicológicos (teste da árvore) com os entrevistados presos, além de levantamento bibliográfico de dados secundários e observação direta durante todo ano de 1972.

Este caráter exaustivo de apreensão de dados e informações coloca o estudo também como pioneiro como um trabalho com técnicas mistas de pesquisa, tanto qualitativas como quantitativas (estas mais descritivas que

inferenciais). Esta multiplicidade de técnicas também era coerente, a priori, com os objetivos longitudinais pretendidos pelo estudo. No início da operacionalização do trabalho:

“Imaginava-se que o estudo envolveria 3 momentos: o anterior a prisão (vida pregressa do criminoso), um intermediário (cumprimento da pena) e o posterior a prisão (que coincidia com as possibilidades de ajustamento do egresso à sociedade).” (BRAGA, 1973, p. 07).

As pretensões gerais desta pesquisa mostram-se, ao mesmo tempo, remotas e ainda absolutamente contemporâneas, “pretendia-se, sobretudo, analisar as possibilidades efetivas de um sistema penitenciário que se propõe ser de recuperação” (p. 07). Trata-se de um duplo objetivo de pesquisa:

Em primeiro lugar, estudar o condicionamento social do crime nas sociedades em mudança, dando margem a uma comparação teórica entre o fenômeno nas sociedades desenvolvidas e nas subdesenvolvidas e, ao mesmo tempo, analisar a organização e o funcionamento do sistema penitenciário como sistema de recuperação. Em segundo lugar, fazer o diagnóstico dos principais problemas identificados pelos presos, na própria penitenciária. (BRAGA, 1973, p. 07).

No que diz respeito a perspectiva sociológica adotada, seguindo a tendência dos pesquisadores de então, Braga (1973) compreende “o crime como um produto do condicionamento sociocultural” (p. 09). A autora define crime como sendo “uma manifestação efetiva do comportamento humano, considerada como desviadas das normas de conduta aceitas por um grupo” (p. 10). A hipótese geral desenhada diz respeito à relação entre desorganização social e desenvolvimento socioeconômico, mais especificamente o aumento da criminalidade em sociedades em desenvolvimento⁵.

Um traço interessante é o diálogo com o modelo punitivo de Cressey (1965). A partir daí, a autora estabelece e compara dois modelos ideias de encarceramento: o punitivo-custodial e a prisão de tratamento e custódia. Esta tipificação guia a interpretação dos dados obtidos.

Dentre os achados fica patente uma série de deficiências dentro do presídio que o tornam um espaço de ambiguidades entre as mazelas do modelo punitivo e o mau desempenho do modelo de uma prisão de tratamento e custódia. Comércio clandestino, despreparo do *staff*, falta de protocolos e regras para lidar com situações e problemas corriqueiros, atividades educacionais e laborativas insuficientes foram alguns dos resultados encontrados.

Além do tratamento destinado aos internos, a pesquisa também subsidiou a autora a propor uma tipologia muito interessante e ainda verossímil dos funcionários da prisão. Pelas evidências encontradas, Braga categoriza três grupos de funcionários:

Os funcionários parecem estar divididos em 3 grupos bem definidos: o primeiro deles é formado por aqueles que se identificam, senão com os propósitos, pelo menos com a direção das atividades e trabalhos desenvolvidos na prisão; o segundo engloba aqueles que apenas aceitam a situação, porque procuram um apoio para assegurar a sua subsistência e se acomodam àquela realidade, na medida em que ela representa um meio encontrado para garantir a condição desejada; o terceiro, finalmente, é formado por aqueles funcionários que, impulsionados pelos melhores propósitos, esperam encontrar naquela oportunidade um caminho para sua realização profissional. Querem por em prática todos os seus conhecimentos técnicos, mas, parcial ou totalmente impedidos de introduzir medidas inovadoras, estão sempre angustiados, sendo muitas vezes,

levados ao extremo da desistência dos seus propósitos e do abandono do cargo. (BRAGA, 1973, p. 31).

Esta tipologia, ainda hoje, é interessante no diálogo com outros estudos sobre funcionários de prisões e em especial sobre agentes penitenciários. Mais de uma década depois Kelsey Kauffman (1988), por exemplo, chegou a uma tipologia com alguma similaridade estudando agentes penitenciários nos Estados Unidos, a partir das atitudes entre os próprios agentes e os entre os agentes e internos a pesquisadora americana estabeleceu sua classificação composta por 5 tipos fundamentais: “*pollyanas*” (atitudes positivas na relação com internos e agentes), “*hard asses*” (atitudes positivas entre os agentes e negativas com os internos), “*functionares*” (atitudes ambivalentes com os dois grupos), “*white hats*” (atitudes positivas entre os internos e negativas entre os agentes), “*burnouts*” (com atitudes negativas em ambos os grupos).

Embora o trabalho de pesquisa de Célia Braga tenha aspectos importantes e atuais sobre o ambiente prisional, a sua obra ainda é muito pouco citada. Isso pode ser compreendido por não ela não ter sido editado na forma de um livro propriamente dito, mas como uma publicação nos moldes de uma. Além disso, salvo melhor juízo, o trabalho impresso foi feito em uma edição muito limitada e circunscrita a empréstimos da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

A PRISÃO FEMININA NO RIO DE JANEIRO

Outro trabalho pioneiro escrito em meados dos anos 70, do século XX (1976), foi a obra “Cemitério dos Vivos” de Julita Lemgruber (1999). O livro nasceu de uma pesquisa feita para a dissertação de mestrado da autora em sociologia no IUPERJ. O foco deste estudo foi o presídio feminino Tavalera Bruce no Rio de Janeiro. O trabalho destaca-se como uma das principais contribuições sobre o encarceramento feminino no país e já foi reeditado em 1999.

A autora, inicialmente, faz uma importante e concisa discussão sobre criminalidade, punição e gênero, discutindo desde percepções mais biológicas mais lombrosianas, que relacionam tipos de crime e gênero, até as que tratam dos condicionantes sócio estruturais do crime.

Na operacionalização da pesquisa Lemgruber parte para um estudo qualitativo de características etnográficas e desenvolve seu trabalho a partir de uma série de entrevistas e períodos de convivência entre a pesquisadora, as internas e o *staff* prisional. O principal objetivo da empreitada foi “o de desvendar o mundo prisional feminino, com suas regras, limitações e ligações com o mundo exterior. Enfim, analisar de que maneira funcionava, no caso brasileiro, o que Goffman denominou “instituição total” (LEMGRUBER, 1999, p. 10). Para isso, a autora salienta, “o pesquisador deve ser treinado para saber ouvir mais do que perguntar” (LEMGRUBER, 1999, p. 20). A inspiração da etnografia é marcante nas notas metodológicas da autora que frisa a importância de construir interações, laços de comunicação e confiança entre o pesquisador e seus pesquisados, tanto por parte dos guardas e *staff* prisional quanto por parte das internas.

Os marcos teóricos conceituais e a influência de Sykes (originalmente publicado 1958) e Goffman (originalmente publicado em 1961) são facilmente identificáveis no trabalho. Analogamente a Sykes (1958), Lemgruber retrata as principais privações causada pelo encarceramento (as dores do aprisionamento). Dentre tais privações, a autora encontra e destaca uma que não aparece nos achados de Sykes, a desarticulação dos laços familiares, “o rompimento do contato

contínuo com seus familiares e, sobretudo, com seus filhos, é extremamente difícil de suportar” (LEMGRUBER, 1999, p. 96).

A autora também observa achados similares aos encontrados por Goffman (1961). A ideia de infantilização a partir do internamento numa instituição total, por exemplo, é muito bem exposta na fala dos guardas (agentes penitenciários de então): “A gente tem que tratar elas como crianças – as vezes a gente dá uma bala para agradar e elas ficam boazinhas” (LEMGRUBER, 1999, p. 99). Uma das contribuições interessantes da obra é a análise da relação dos papéis assumidos pelas internas e as formas de adaptação à vida carcerária. Os papéis estes seriam assim também modos de adaptação desempenhados pelas internas: a alcaguete, a cadeeira, a política, a bacana, a amadrinha, a maluca, a cobertura, a negociante.

Além disso, o trabalho ainda dedica um capítulo ao comportamento sexual das internas, discutindo as formas de relacionamento, as identificações estereotipadas dos papéis sexuais no interior da cadeia entre a guria (figura feminina), a fanchona (figura masculina) e a meeira (figura ambivalente). Vale dizer que, na época, este tipo de relacionamento entre as internas era passível de punição.

O MUNDO DO CRIME PAULISTA

Também em meados da década de 1970, o cientista social, José Ricardo Ramalho empreendeu um importante trabalho retratando a Casa de Detenção de São Paulo para sua dissertação de mestrado em Ciência Política na USP. O trabalho feito foi editado originalmente em livro sob o título de “Mundo do Crime”, em 1979, reeditado em 1983 e 2002 e mais recentemente em 2008, também disponibilizado em formato eletrônico.

Um dos principais objetivos do trabalho de Ramalho era compreender as motivações para o crime e o “mundo do crime”, para isso era necessário se aproximar dos sujeitos imputados como criminosos, assim a escolha da Casa de Detenção pareceu ao pesquisador uma boa estratégia de pesquisa. Assim, a pesquisa empreendida foi toda de caráter etnográfico:

“Desde o início a ideia era recorrer aos participantes do ‘mundo do crime’ nas ruas, mas isso esbarrava na extrema dificuldade de estabelecer um contato frequente, além de colocar a questão da segurança pessoal. A partir do momento em que se abriu a possibilidade de acesso à Casa de Detenção de São Paulo, decidi estudar o ‘crime’ dentro da cadeia. Naquele tempo, pesquisadores eram vistos com suspeição tanto pelos responsáveis pela instituição quanto pelos presos. Abordar a criminalidade via uma instituição total (na linha do pensamento de Goffman), trouxe, no entanto, novos elementos para a proposta inicial da investigação.” (RAMALHO, 2008, p. 08).

Percebe-se no trecho acima a clara influência da obra de Goffman (1971). Além disso, dentre os trabalhos aqui analisados, a obra de Ramalho foi a mais claramente inspirada acadêmica e politicamente com a perspectiva de prisão trabalhada por Michel Foucault (1977):

“‘Vigiar e Punir’, de Michel Foucault, sobre a história das prisões, foi uma obra extremamente oportuna nesse momento do trabalho. Foucault me permitiu fazer o retorno a uma análise mais geral sobre as ligações do sistema penitenciário com o desenvolvimento do sistema capitalista, sem ter que minimizar o valor elucidativo da análise dos dados obtidos através do estudo de caso. Inspirado nele, comecei a investigar também,

para o caso brasileiro, as razões que levavam a prisão – seja por tentativas de fuga, seja por problemas de superlotação, seja por rebeliões internas –, a soluções que sempre indicavam a construção de novos estabelecimentos penitenciários.” (RAMALHO, 2008, p. 08).

A relação entre controle social e prisão é muito bem trabalhada pelo autor que ultrapassa a prisão como aparente mecanismo de punição ao crime e mostra o quanto ela também constitui um mecanismo de punição destinado a um determinado extrato da população, justamente o mais pobre, desprovido de possibilidades e desvalido de direitos civis:

“À medida em que realizava o trabalho, fui descobrindo, gradativamente, um outro lado das velhas hipóteses sobre as causas do ‘crime’ e da existência dos ‘criminosos’, um lado ‘positivo’ que tinha implicações para a manutenção do sistema social. As características da ‘delinquência’ e os indícios do ‘crime’ se relacionavam com as características e os indícios da pobreza. Bastava ler os jornais, ouvir rádio ou ver televisão, na época, para perceber uma evidente ligação entre o ‘crime’ e os grupos sociais mais pobres. O modo de identificar um ‘delinquente’ estava sempre mais referido aos aspectos característicos de sua posição social do que à evidência de delitos cometidos.” (RAMALHO, 2008, p. 09).

Dentre os três capítulos que discutem os resultados da pesquisa, o que mais chamam a atenção é o capítulo 2. Nele são discutidos dois conceitos chave apreendidos entre os internos, a “massa do crime” e o “proceder”. São nestas duas ideias centrais que estariam arregadas as regras de comportamento que deveriam ser seguidas dentro e fora das grades. Ramalho é o primeiro a tratar de um conceito nativo que é chave para compreensão das regras carcerárias brasileiras ainda hoje, o proceder. Haveriam cinco principais eixos de normas dentro do proceder, que eram:

“a) regras que se referiam à vida cotidiana no interior do xadrez; b) regras que se referiam às trocas e circulação de objetos entre os presos em geral; c) regras que se referiam às prescrições de solidariedade e ajuda mútua entre os presos em geral; d) regras que referiam às atitudes ‘morais’ dos presos de modo geral; e) finalmente, a regra fundamental: não ‘caguetar’.” (RAMALHO, 2008, p. 38).

Fica evidente que a instituição social que mais impacta a vida dos internos é estabelecida por eles próprios e não pelo protocolo do Estado ou pela direção da prisão. O “proceder” e a “massa do crime” também definiriam os papéis a serem desempenhados, reconhecidos e legitimados pelos internos. A própria disposição dos pavilhões já estabelecia uma tipificação dos internos predominantes em seu interior. Os pavilhões 8 e 9, por exemplo, eram facilmente identificáveis como sendo habitados por internos não colaborativos e resistentes a sair do crime.

Segundo Ramalho, duas identidades antagônicas se estabelecem no cárcere, uma seria a do nato, o criminoso que estaria disposto a continuar no mundo do crime e, por outro lado, o interno que procurava “se recuperar”. Este último tipo de interno teria uma percepção um tanto obscurecida de sua inserção de classe e de como ela era determinante de sua existência social. Além disso, neste mesmo capítulo da obra, o autor também discute a vida sexual dos internos e os respectivos papéis sexuais dentro do cárcere⁶. Interessante observar que os papéis sexuais encontrados por Ramalho guardam algumas similaridades com observados por Lemgruber (1999), são eles: o travesti (figura feminina), o boy (ou menino, figura ambivalente), o fanchona (ou marido, figura masculina). A despeito da tipologia encontrada, Ramalho chama atenção que os papéis

masculino e feminino não dão bem conta de todos os comportamentos e práticas sexuais vivenciados pelos internos na detenção.

AS OFICINAS DO DIABO NO SISTEMA PRISIONAL CARIOCA

Em 1987, outra importante colaboração marca o campo dos estudos sociológicos sobre prisões no Brasil, é a obra “Oficina do Diabo” de Edmundo Campos Coelho (originalmente publicado em 1987). O trabalho é oriundo de uma pesquisa que retratou o sistema penal mineiro e carioca e foi realizada em parceria com Antônio Luiz Paixão, durante o ano de 1983. O título polissêmico da obra veio de uma expressão frequente entre os internos “cabeça de preso é oficina do diabo”.

Através de entrevistas com os internos e com o *staff* prisional o livro retrata os resultados encontrados no Rio de Janeiro. A primeira parte da obra dedica-se a descrever o sistema prisional carioca, chegando até mesmo a passar dados como a área física (em metros quadrados) das celas. Também são descritas a população prisional (segundo características demográficas), os funcionários e guardas (hoje agentes penitenciários), as normas instituídas no regulamento penitenciário, as carências materiais do sistema e a “economia delinquente”. A economia delinquente seria a maneira de suprir os aspectos materiais deficitários do cotidiano carcerário, segundo Coelho (2005):

“Como o estado não atende, ou atende mal, às necessidades básicas dos internos, desenvolveu-se dentro de cada estabelecimento prisional uma economia sob todos os aspectos irregular e ilegal. Vende-se e compra-se de tudo, empresta-se dinheiro, penhora-se objetos os mais variados.” (COELHO, 2005, p. 73-74).

Quanto ao quadro teórico, a obra se inspira bastante no trabalho clássico de Sykes (1958) para tentar decodificar o que acontece na prisão, na “sociedade dos cativos”⁷.

Assim com Sykes, Coelho também vê que existem arranjos entre os internos e o *staff* prisional que permitem a gestão da prisão. Estes arranjos vigoram sob o mais profundo sigilo. Assim, “há, sem dúvida, uma rede de cumplicidades entre presos e setores da administração prisional que opera à sombra indevassável do silêncio” (COELHO, 2005, p. 75).

Um aspecto importante da obra é que ela é pioneira em retratar no Brasil as gangues prisionais e o papel das lideranças na organização e gestão das prisões. A administração assim como as lideranças teriam interesses em comum na manutenção da ordem dentro da prisão. A quebra da ordem poderia destabilizar o status quo administrativo formal, exercido pelo *staff*, e o cotidiano, exercido pelas lideranças e gangues.

Assim como Braga (1973), Coelho atribui fundamental importância aos papéis desempenhados pelos agentes (guardas) prisionais. Segundo o pesquisador, eles seriam o último elo na hierarquia que começa com o diretor da unidade prisional além da espinha dorsal para manutenção da segurança nas prisões. A alta rotatividade entre unidades prisionais, as condições de trabalho estressantes (estafantes) e o grande número de internos para vigiar, problemas que persistem até hoje entre os agentes penitenciários em várias unidades da federação, já são apontados como algo preocupante nas prisões cariocas da época.

Por fim, Coelho conclui que a violência seria um mal endêmico e inexorável das prisões. As formas de violência na prisão são múltiplas e sobrepostas, podendo se expressar no seu aspecto físico ou no aspecto psicológico, existindo na relação com os guardas ou entre os demais internos. “A violência é constitutiva da natureza dos sistemas penitenciários, em qualquer tempo, em qualquer lugar. A alternativa não está entre prisões violentas e prisões não violentas, mas entre ter ou não prisões” (COELHO, 2005, p. 135).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da influência de Foucault, que destacou na agenda de pesquisa das ciências sociais brasileira o tema das prisões e dos impactos inerentes de Vigiar e Punir (1975), torna-se também patente que as obras clássicas de Gresham Sykes (1958) e Erving Goffman (1961) causaram grande impacto nos trabalhos aqui examinados. Essa influência é perceptível na própria estruturação dos trabalhos, partindo da descrição contextual, a partir de dados secundários, até a descrição física das estruturas carcerárias, passando então para o interior das instituições, seus funcionários, agentes e suas regras e papéis resgatados e interpretados a partir dos relatos e representações de seus internos, além das relações estabelecidas no ambiente prisional. Trajeto similar ao adotado por Sykes (1958) e ao desenvolvimento conceitual feito por Goffman (1961) que, no campo de pesquisas empíricas em prisões, ainda hoje são ambas referências obrigatórias.

Também, de uma forma geral, os trabalhos mostram a preocupação analítica que faz questão de ter um lastro empírico sólido, com fartura de evidências e de forte inspiração etnográfica. Estes são traços comuns em todos os trabalhos examinados.

Outro ponto comum nas obras foi a preocupação dos autores, ao final das robustas análises empíricas empreendidas, em apontar as mazelas e fazer um diagnóstico das falhas do sistema prisional estabelecendo assim as bases de um diálogo crítico sobre as políticas de punição e, em especial, sobre encarceramento no Brasil.

Além disso, a leitura das obras constitui um aprendizado ímpar de como fazer uma pesquisa direta no ambiente carcerário. As ricas notas metodológicas escritas em cada um dos trabalhos passam para o leitor as agruras e mostram com clareza as estratégias e técnicas lançadas pelos pesquisadores com o intuito de vencer obstáculos na obtenção de dados verossímeis.

Como foi dito inicialmente, este trabalho não se pretende exaustivo, mas entendemos que a seleção dos textos aqui examinados não possa ser contornada por quem quer saber qual foi a contribuição fundamental das Ciências Sociais brasileira para os estudos prisionais no século XX. Isso não desmerece ou olvida outros importantes trabalhos neste campo de estudo realizados neste período⁸. Resgatar as contribuições de pesquisas empíricas realizadas sobre a perspectiva ampla das Ciências Sociais no campo dos estudos prisionais significa registrar historicamente a maneira de pesquisar prisões no Brasil.

NOTAS

¹ Foucault visitou o Brasil cinco vezes entre 1965 e 1976. Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/918570-as-viagens-de-foucault-ao-brasil.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

² Friso que este trabalho ainda hoje é pouquíssimo conhecido e por isso mesmo merece aqui ser bem pontuado.

³ Além deste trabalho destacam-se ainda dois estudos da autora “Itinerário do Desvio” (1981) que foi sua tese de doutoramento apresentada na USP e “Prisão Feminina” (1986). Não tive acesso ao texto completo destes trabalhos daí a escolha pela obra “Crime e Sociedade”, a qual pudemos analisar integralmente.

⁴ Fonte: Jornal A Tarde: <<http://atarde.uol.com.br/cidades/noticia.jsf?id=5777480>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

⁵ A partir desta formulação são operadas três hipóteses específicas: 1) processos de desenvolvimento e urbanização são sempre acompanhados de desorganização nas estruturas parciais da sociedade – na família, por exemplo – e isto pode conduzir o indivíduo a uma conduta desviada com relação à sociedade como um todo; 2) O crime, mesmo quando praticado por indivíduos portadores de anormalidades físicas ou psicopatas é, quase sempre, um reflexo de uma situação sócio-cultural, uma vez que, também nestes casos, é decorrente de um tratamento inadequado que o indivíduo recebe da sociedade; 3) O período da detenção ou reclusão deve funcionar como de reorientação e preparo para uma integração na sociedade. Entretanto, quase sempre a repressão, a falta de um planejamento racional e a inadequação dos métodos de tratamento empregados dificultem o processo de reajustamento e deixem o detento sem grandes perspectivas de integração. (BRAGA, 1973, p. 13).

⁶ Importante ressaltar que quando esta pesquisa foi feita não haviam visitas íntimas para os internos.

⁷ Conceito originalmente criado por Sykes (1958).

⁸ Além da importância fundamental dos trabalhos aqui examinados é também preciso lembrar que nas três últimas décadas do século XX, outros pesquisadores colaboraram significativamente para o campo dos estudos prisionais dentro das Ciências Sociais no Brasil. Dentre os nomes que não devem ser esquecidos se destaca o do professor Sérgio Adorno, que através de uma série de pesquisas e publicações se dedicou sobretudo a questões do livramento condicional (ADORNO BORDINI; RODELLO, 1983), reincidência criminal (ADORNO; BORDINI; RODELLO, 1984; ADORNO; BORDINI, 1985; ADORNO; BORDINI, 1986) e estigmatização (ADORNO; CASTRO; RESENDE; CHACON, 1984). Além disso, o professor Sérgio Adorno formou uma nova geração de pesquisadores sobre este campo. Dentre estes podemos citar Fernando Salla, Marcos César Alvarez, Camila Nunes Dias, Kiko Goifman que concluíram seus doutoramentos na área prisional. Também é preciso mencionar a contribuição importante de Vinícius Caldeira Brant, sobretudo de sua obra “O trabalho encarcerado” (1994).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A.; CHACON, Y. C. P. Preso Um Dia, Preso Toda A Vida: A Condição de Estigmatizado do Egresso Penitenciário. TEMAS IMESC. SOC. DIR. SAUDE, v. 1, n. 2, p. 101-107, 1984.

_____. BORDINI, Eliana B. T. Estimativa da Reincidência Criminal: Variações Segundo Estratos Ocupacionais e Categorias Criminais. TEMAS IMESC. SOC. DIR. SAUDE, v. 2, n. 1, p. 11-29, 1985.

_____. Homens Persistentes, Instituições Obstnadas: A Reincidência Na Penitenciária de São Paulo. TEMAS IMESC. SOC. DIR. SAUDE, v. 3, n. 1, p. 87-109, 1986.

_____. RODELLO, Cleusa C. M. Avaliação do Regime de Livramento Condicional. Revista do IMESC, v. 6, n. 1, p. 7-18, 1983.

_____. Estimativa da Reincidência Criminal. TEMAS IMESC. SOC. DIR. SAUDE, v. 1, n. 1, p. 49-69, 1984.

BRAGA, Célia Maria Leal. Crime e Sociedade – o diagnóstico de uma situação. Mimeo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973.

- BRANT, Vinícius Caldeira. O trabalho encarcerado. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- COELHO, Edmundo Campos. Oficina do Diabo e Outros Escritos Prisionais. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CRESSEY, Donald. The Prison: Studies. In: Institutional Organization and Change. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1965.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva; 2003.
- KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2º Semestre de 2000.
- KAUFFMAN, Kelsey. Prison Officers and Their World. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: sociologia de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense; 1999.
- RAMALHO, José Ricardo. Mundo do Crime - a ordem pelo avesso. 3. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, v. 1. 254 p., 2002.
- SALLA, Fernando. As Prisões em São Paulo (1822-1940). São Paulo, Annablume/FAPESP.
- SYKES, Gresham. M. The society of captives: a study of a maximum security prison. New Jersey, Princeton University Press, 2009.
- ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva: 13(3), 1999.

